

---

## ESTRUTURA DAS APLICAÇÕES DE CRÉDITO RURAL NO BRASIL E EM SÃO PAULO

---

Maria Auxiliadora de Carvalho

O crédito rural foi institucionalizado em 1965 (Lei 4829 de 5/11/1965), visando conceder ao setor agrícola capital de giro para as operações de custeio, suprir as necessidades de investimento e facilitar a comercialização dos produtos agropecuários; estas facilidades estariam garantidas pela obrigatoriedade de os agentes financeiros aplicarem nesta finalidade uma parcela (atualmente 15%) dos depósitos à vista, pelas dotações do Banco Central e também por serem os juros subsidiados, tornando mais interessantes as aplicações na atividade agrícola.

A partir dessa época, em consequência da criação de diversos fundos oficiais, supridos com recursos externos e internos, além dos recursos provenientes da aplicação compulsória em operações de crédito rural, esse instrumento destacou-se entre as medidas de apoio ao setor agrícola, experimentando, de um modo geral, crescimento acelerado em termos de montante destinado às diversas finalidades. Os saldos dos empréstimos nas operações de crédito rural vêm mostrando expansão desde 1966; no entanto o crescimento do crédito não foi privilégio do setor agrícola, mas fruto de uma política monetária expansionista que abrangeu todos os setores da economia (1).

Durante bastante tempo, manteve-se uma política monetária destinada a atender o controle da inflação sem comprometer o atendimento das necessidades de recursos monetários impostas pelo ritmo crescente de expansão das atividades produtivas. No entanto, no início de 1975 a economia dava sinais de arrefecimento, em decorrência dos reajustes provocados pela crise do petróleo. Para evitar que a perda do ritmo de atividade se agravasse, adotou-se política monetária e creditícia mais liberal, mantendo-se, então, relativa folga na liquidez do sistema e na expansão do crédito interno, quando anteriormente a preocupação antiinflacionária era limitante (2). Esta nova linha de política em execução abrangeu o setor agrícola de forma bastante marcante, pois além do crescimento do crédito o setor contou também com elevação substancial dos preços mínimos, além da ampliação da gama de produtos sob a garantia desta política, dando-se tam

---

(1) Sayad, João. Crédito rural no Brasil. Brasília, Ministério da Agricultura/FIPE, 1978. 93p.

(2) Relatório anual do Banco Central do Brasil 1975, v.12, n.3, mar. 1976. 330p.

bém nesta época a criação de alguns programas de desenvolvimento.

Em 1976, as autoridades monetárias tentaram conter pressões sobre os preços internos, especialmente aquelas oriundas do excesso de liquidez no ano anterior, controle este que não foi muito eficiente, devido principalmente à necessidade de se dar continuidade aos mecanismos de caráter emergencial provocados pelas adversidades climáticas em 1975 e 1976, o que contribuiu para que, em 1976, a agropecuária fosse o setor mais assistido, sendo deste ano a criação de diversos programas especiais como o POLONORDESTE, PRONAZEM, POLOCENTRO, além daqueles destinados a recuperar e renovar os cafezais. A criação do PROÁLCOOL deu-se em fins de 1975. Cabe notar que embora grande parte dos programas seja de criação recente, os desembolsos realizados nos últimos anos vêm decaindo para a maioria deles; isto sugere que houve, a princípio, contratação de diversos projetos, mas com o tempo os programas deixaram de ser considerados prioritários, escazeando as dotações para os mesmos. Cumpre ressaltar que o PROÁLCOOL é uma exceção importante, crescendo ano a ano os desembolsos para este programa, conseqüência das dificuldades de abastecimento energético.

Os financiamentos têm sofrido, ao longo do tempo, altas e baixas. Medida de assistência creditícia ao setor agropecuário pode ser observada nos quadros I a II, onde foram reunidas informações de crédito concedido desde 1969. Na realidade, o crescimento do montante de crédito concedido, em termos reais, que no início da série mostrava-se paulatino, passa a ser acelerado a partir de 1973, destacando-se os anos de 1975 e 1976, nos quais os maiores volumes de financiamento foram concedidos ao setor.

Já em 1977, acentua-se a premência de controle sobre a expansão dos meios de pagamento, bem como a de crédito pelo sistema financeiro ao setor privado, para refrear o crescimento dos preços dos bens e do dinheiro. Neste ano os preços mínimos foram reduzidos em termos reais, o que deveria contrair o volume de financiamento da safra; o Banco do Brasil reduziu os seus empréstimos ao setor privado, iniciando-se também, neste ano, aumento do custo do crédito rural nas operações de investimento, além da criação, para o produtor, da necessidade de aplicação de parcela de recursos próprios nesses financiamentos, quando anteriormente se financiava a totalidade do valor orçado. Esta interferência no crédito de investimento, além da redução das dotações, fez com que o montante aplicado nesta finalidade mostrasse drástica redução em termos reais em 1977, que continuou em 1978. O volume aplicado não retomou os níveis de 1975 e 1976 nem mesmo em 1979, ano marcado por acentuada oferta de crédito, o qual beneficiou em especial a agricultura, a agroindústria e o setor de exportação. Os dados estatísticos mostram que foi neste ano que o setor agrícola absorveu maiores recursos, mas foi uma expansão com objetivo de curto prazo, pois custeio e comercialização foram as finalidades que registraram crescimento, uma vez que o crédito para investimentos, como já comentado, pouco se expandiu. Ao se considerar os extremos da série, verifica-se que o crédito total concedido ao setor cresceu 402%, no Brasil, e

238% no Estado de São Paulo.

A mais reduzida expansão de crédito para o setor agrícola paulista talvez se justifique por já ser este estado grandemente beneficiado por esta política, podendo-se constatar que no início da série absorvia 1/3 do total concedido ao Brasil como um todo, além do que, em outras unidades da Federação, a incorporação de novas terras ao processo produtivo deve ter concorrido, em grande parte, para a expansão do crédito rural, em especial o de investimento, fazendo com que as informações em termos de Brasil mostrem crescimento bastante superior ao Estado de São Paulo. O crescimento do crédito observado em São Paulo deve ser, em alguma medida, consequência da crescente substituição de culturas mais ao nível de subsistência por outras mais tecnificadas e de maior custo de produção.

No caso do crédito de investimento, os percentuais de acréscimo foram de 346,4% e 179,8% para o Brasil e São Paulo, respectivamente, considerando-se os extremos da série; somente para o crédito de comercialização as diferenças em termos de crescimento não foram tão significativas, pois, para o custeio, os acréscimos foram da ordem de 443,7% e 215,7%, respectivamente.

O crédito à comercialização é a única finalidade que não sofreu redução significativa de recursos em nenhum período da série, quer para o Brasil como um todo, quer para São Paulo, cujos percentuais de crescimento, bastante próximos, foram de 387,7% e 315,5% no período. Sabe-se que houve anos em que os financiamentos dentro da política de preços mínimos se reduziram, então resulta que ganharam importância outras formas de crédito de comercialização, dentre as quais merece destaque o emprego da nota promissória rural, mecanismo acionado para financiar os compradores de produtos agrícolas com dificuldade de caixa para absorver a produção no período. A expansão do uso da nota promissória rural é mais importante para a pecuária, pois praticamente inexistem outras formas de crédito à comercialização a esta atividade e a política de preços mínimos é ainda incipiente.

Sob outro ângulo, cabe notar que, dentre as três finalidades, custeio é a que absorve maiores volumes de recursos, tanto em termos de Brasil como de São Paulo, ficando com participação no crédito total sempre acima de 40%, chegando a 50% em 1979 para o Brasil como um todo. A participação do investimento naquele total vem decaindo nos últimos anos; os mais altos percentuais ocorreram no período 1972-76 quando absorvia, em média, 32% do crédito total distribuído no País e 24% do de São Paulo, de caindo em ambos os casos a participação desta finalidade em 7% no período subsequente. Em contrapartida, nota-se o crescimento da parcela referente à comercialização, especialmente no caso de São Paulo, que de uma participação de 30% no total de crédito distribuído atingiu 37,7% em 1978.

Subdividindo-se o crédito concedido entre as atividades agrícola e pecuária, observa-se que a agricultura absorve mais de 70% do total

de recursos, chegando em termos de São Paulo, a superar 75% em alguns anos, além de apresentar ligeira tendência de aumento desta participação, o que fez com que ao final o crédito à pecuária mostrasse crescimento inferior no período. É de se destacar o fato de que a pecuária, que absorveu menos de 30% do total de crédito rural, destinava, no início da série, mais de 40% deste montante aos investimentos. A partir de 1976, com as limitações sofridas no crédito de investimento, a comercialização ganhou em São Paulo maior importância, passando a absorver os maiores volumes de crédito destinado a esta atividade, chegando em 1977 a constituir 46% do total.

Para concluir, embora o crescimento do crédito rural mostrado nos quadros possa sugerir que o setor agrícola representa um crescente ônus pela absorção de tais volumes de recursos subsidiados, tem-se a considerar que nem todo este montante teve como único beneficiário o setor agrícola. Basta citar, por exemplo, que nos anos em que maiores volumes de crédito foram concedidos, 1975 e 1976, 25% do crédito para investimento agrícola serviu apenas para a aquisição de tratores, sendo também o ano de 1976 aquele em que foi realizado o maior volume de desembolso dentro do programa de subsídios ao preço de fertilizantes, ambos com benefícios diretos ao setor industrial, cabendo também considerar o crescente uso da nota promissória rural, caso de destinação duvidosa, uma vez que quase sempre seu uso se destina a financiar os intermediários ou o setor industrial na aquisição dos produtos agropecuários, isto sem entrar no mérito das taxas, confiscos, sobrevalorização cambial, etc. que contribuem para a descapitalização do setor, compensando ou superando aquilo que lhe é conferido na forma de subsídios.

QUADRO 1. - Comparação de Número e Valor de Contratos de Crédito Rural Total entre Estado de São Paulo e Brasil, 1969-79

Ano	Brasil				São Paulo				Participação de São Paulo (%)	
	Número (1)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (4)	Número (5)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (8)	(5)/(1)	(7)/(3)
		Corrente (2)	Real(1) (3)			Corrente (6)	Real(1) (7)			
1969	1.145.209	6.489.096	89.371.109	100,0	312.913	2.143.250	29.517.922	100,0	27,3	33,0
1970	1.190.592	9.247.980	106.179.719	118,8	350.577	3.086.730	35.439.969	120,1	29,4	33,4
1971	1.252.841	12.869.711	122.789.415	137,4	349.226	4.024.347	38.396.139	130,1	27,9	31,3
1972	1.266.151	18.668.785	151.850.442	169,9	346.955	5.435.876	44.214.992	149,8	27,4	29,1
1973	1.399.684	30.333.919	214.723.325	240,3	383.763	8.905.841	63.041.370	213,6	27,4	29,4
1974	1.450.396	48.272.761	265.531.527	297,1	368.083	13.183.438	72.517.468	245,7	25,4	27,3
1975	1.856.131	89.997.117	387.126.878	433,2	418.933	21.219.696	91.277.531	309,2	22,6	23,6
1976	1.832.207	130.226.160	396.621.486	443,8	400.618	28.253.218	86.049.019	291,5	21,9	21,7
1977	1.722.063	165.858.671	354.108.262	396,2	389.314	38.335.017	81.845.261	277,3	22,6	23,1
1978	1.895.523	233.942.454	360.106.084	402,9	416.285	55.700.562	85.739.510	290,5	22,0	23,8
1979	2.373.485	448.730.894	448.130.894	502,1	478.633	99.865.488	99.865.488	338,3	20,2	22,3

(<sup>1</sup>) Valor constante deflacionado para 1979 - Índice 2 - FGV.

Fonte: Dados Estatísticos de Crédito Rural - Banco Central do Brasil.

QUADRO 2. - Comparação do Número e Valor de Contratos de Crédito Rural de Investimento entre Estado de São Paulo e Brasil, 1969-79

Ano	Brasil				São Paulo				Participação de São Paulo (%)	
	Número (1)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (4)	Número (5)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (8)	(5)/(1)	(7)/(3)
		Corrente (2)	Real <sup>(1)</sup> (3)			Corrente (6)	Real <sup>(1)</sup> (7)			
1969	278.554	1.823.217	25.110.266	100,0	42.710	433.675	5.972.791	100,0	15,4	23,8
1970	281.323	2.510.293	28.821.668	114,8	52.372	689.033	7.911.061	132,5	18,6	27,4
1971	330.082	3.796.463	36.221.907	144,3	51.288	813.742	7.763.881	130,0	15,5	21,4
1972	348.793	6.174.741	50.224.362	200,0	58.431	1.326.732	10.791.535	180,7	16,8	21,5
1973	407.920	10.036.919	71.047.880	282,9	78.144	2.224.630	15.747.387	263,7	19,2	22,2
1974	409.039	14.612.220	80.376.697	320,1	63.368	2.890.033	15.897.058	266,2	15,5	19,8
1975	498.687	28.123.420	120.974.228	481,8	72.931	4.994.487	21.484.023	359,7	14,6	17,8
1976	465.996	42.216.548	128.576.240	512,0	66.675	6.343.608	19.320.321	323,5	14,3	15,0
1977	375.824	40.236.375	85.904.661	342,1	57.285	6.886.595	14.702.880	246,2	15,2	17,1
1978	436.546	58.423.856	89.931.458	358,1	61.470	9.716.200	14.956.083	250,4	14,1	16,6
1979	562.942	112.104.734	112.104.734	446,4	73.617	16.709.296	16.709.296	279,0	13,1	14,9

<sup>(1)</sup> Valor constante deflacionado para 1979 - Índice 2 - FGV.

Fonte: Dados Estatísticos de Crédito Rural - Banco Central do Brasil.

QUADRO 3. - Comparação de Número e Valor de Contratos de Crédito Rural de Custeio entre Estado de São Paulo e Brasil, 1969-79

Ano	Brasil				São Paulo				Participação de São Paulo (%)	
	Número (1)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (4)	Número (5)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (8)	(5)/(1)	(7)/(3)
		Corrente (2)	Real <sup>(1)</sup> (3)			Corrente (6)	Real <sup>(1)</sup> (7)			
1969	674.879	3.014.302	41.514.490	100,0	166.136	1.067.599	14.703.513	100,0	24,6	35,4
1970	649.173	4.124.345	47.353.238	114,1	160.571	1.431.444	16.434.975	111,8	24,7	34,7
1971	685.994	5.600.528	53.434.421	128,7	164.919	1.843.731	17.590.966	119,6	24,0	32,9
1972	687.147	7.772.778	63.223.170	152,3	153.921	2.306.282	18.759.118	127,6	22,4	29,7
1973	770.553	12.953.540	91.693.632	220,9	176.898	4.050.602	28.672.811	195,0	23,0	31,3
1974	789.472	21.734.506	119.553.894	288,0	166.824	6.021.214	33.120.586	225,3	21,1	27,7
1975	1.076.545	39.446.157	169.679.520	408,7	207.688	9.423.108	40.533.947	275,7	19,3	23,9
1976	1.059.222	54.957.809	167.381.484	403,2	187.036	12.242.964	37.287.612	253,6	17,7	22,3
1977	1.011.366	78.428.442	167.444.724	403,3	174.938	17.279.702	36.892.164	250,9	17,3	22,0
1978	1.103.524	111.566.138	171.733.024	413,7	191.995	24.966.328	38.430.505	261,4	17,4	22,4
1979	1.375.417	225.693.733	225.693.733	543,7	217.111	46.419.536	46.419.536	313,7	15,8	20,6

<sup>(1)</sup> Valor constante deflacionado para 1979 - Índice 2 - FGV.

Fonte: Dados Estatísticos de Crédito Rural - Banco Central do Brasil.

QUADRO 4. - Comparação de Número e Valor de Contratos de Crédito Rural de Comercialização entre Estado de São Paulo e Brasil, 1969-79

Ano	Brasil				São Paulo				Participação de São Paulo (%)	
	Número (1)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (4)	Número (5)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (8)	(5)/(1)	(7)/(3)
		Corrente (2)	Real <sup>(1)</sup> (3)			Corrente (6)	Real <sup>(1)</sup> (7)			
1969	191.776	1.511.577	22.746.353	100,0	104.067	641.976	8.841.618	100,0	54,3	38,9
1970	269.096	2.613.342	30.004.814	131,9	137.634	966.253	11.093.933	125,5	52,9	37,0
1971	236.765	3.472.720	33.133.087	145,7	133.019	1.366.874	13.041.292	147,5	56,2	39,4
1972	230.211	4.721.766	38.402.410	168,8	134.603	1.802.862	14.664.339	165,9	58,5	38,2
1973	221.211	7.343.460	51.981.615	228,5	128.721	2.630.609	18.621.172	210,6	58,2	35,8
1974	251.885	11.926.035	65.600.936	228,4	137.891	4.272.191	23.499.824	265,8	54,7	35,8
1975	280.899	22.427.540	96.473.130	424,1	138.314	6.802.051	29.259.346	330,9	49,2	30,3
1976	306.989	33.051.803	100.663.762	442,5	146.907	9.666.646	29.441.085	333,0	47,9	29,2
1977	334.873	47.193.854	100.758.878	443,0	157.091	14.168.720	30.250.217	342,1	46,9	30,0
1978	355.453	63.952.460	98.441.602	432,8	162.820	21.018.034	32.352.922	365,9	45,8	32,9
1979	435.126	110.932.427	110.932.427	487,7	187.905	36.736.656	36.736.656	415,5	43,2	33,1

(<sup>1</sup>) Valor constante deflacionado para 1979 - Índice 2 - FGV.

Fonte: Dados Estatísticos de Crédito Rural - Banco Central do Brasil.

QUADRO 5. - Comparação entre o Crédito Rural Total e suas Finalidades, Brasil, 1969-79  
(em Cr\$1.000)

Ano	Total (1)	Custeio (2)	Investimento (3)	Comercialização (4)	Participação no total (%)		
					(2)/(1)	(3)/(1)	(4)/(1)
1969	6.489.096	3.014.302	1.823.217	1.651.577	46,4	28,1	25,5
1970	9.247.980	4.124.345	2.510.293	2.613.342	44,6	27,1	28,3
1971	12.869.711	5.600.528	3.796.463	3.472.720	43,5	29,5	27,0
1972	18.668.785	7.772.778	6.174.741	4.721.266	41,6	33,1	25,3
1973	30.333.919	12.953.540	10.036.919	7.343.460	42,7	33,1	24,2
1974	48.272.761	21.734.506	14.612.220	11.926.035	45,0	30,3	24,7
1975	89.997.117	39.446.157	28.123.420	22.427.540	43,9	31,2	24,9
1976	130.226.160	54.957.809	42.216.548	33.051.803	42,2	32,4	25,4
1977	165.858.671	78.428.442	40.236.375	47.193.854	47,2	24,3	28,5
1978	233.942.454	111.566.138	58.423.856	63.952.460	47,7	25,0	27,3
1979	448.730.894	225.693.733	112.104.734	110.932.427	50,3	25,0	24,7

Fonte: Dados Estatísticos de Crédito Rural - Banco Central do Brasil.

QUADRO 6. - Comparação entre o Crédito Rural Total e suas Finalidades, São Paulo, 1969-79  
(em Cr\$1.000,00)

Ano	Total (1)	Custeio (2)	Investimento (3)	Comercialização (4)	Participação no total (%)		
					(2)/(1)	(3)/(1)	(4)/(1)
1969	2.143.250	1.067.599	433.675	641.976	49,8	20,2	30,0
1970	3.086.730	1.431.444	689.033	966.253	46,4	22,3	31,3
1971	4.024.347	1.843.731	813.742	1.366.874	45,8	20,2	34,0
1972	5.435.876	2.306.282	1.326.732	1.802.862	42,4	24,4	33,2
1973	8.905.841	4.050.602	2.224.630	2.630.609	45,5	25,0	29,5
1974	13.183.438	6.021.214	2.890.033	4.272.191	45,7	21,9	32,4
1975	21.219.646	9.423.108	4.994.487	6.802.051	44,4	23,5	32,1
1976	28.253.218	12.242.964	6.343.608	9.666.646	43,3	22,5	34,2
1977	38.335.017	17.279.702	6.886.595	14.168.720	45,0	18,0	37,0
1978	55.700.562	24.966.328	9.716.200	21.018.034	44,9	17,4	37,7
1979	39.865.488	46.419.536	16.709.296	36.736.656	46,5	16,7	36,8

Fonte: Dados Estatísticos de Crédito Rural - Banco Central do Brasil.

**QUADRO 7. - Comparação entre o Crédito Rural Total e à Agricultura para Brasil e Estado de São Paulo, 1969-79**  
(em Cr\$1.000)

Ano	Brasil			São Paulo		
	Total (1)	Agricultura (2)	(2)/(1) (3)	Total (4)	Agricultura (5)	(5)/(4) (6)
1969	6.489.096	4.463.721	68,79	2.143.250	1.575.664	73,52
1970	9.247.980	6.640.050	71,80	3.086.730	2.301.291	74,55
1971	12.869.711	9.209.442	71,56	4.024.347	3.020.271	75,05
1972	18.668.785	13.436.112	71,97	5.435.876	4.098.391	75,40
1973	30.333.919	21.274.794	70,14	8.905.841	6.690.168	75,12
1974	48.272.761	34.805.401	72,10	13.183.438	9.894.749	75,05
1975	89.997.117	63.462.011	70,52	21.219.646	15.017.240	70,77
1976	130.226.160	92.953.210	71,38	28.253.218	20.484.628	72,50
1977	165.858.671	129.197.188	77,90	38.335.017	30.214.475	78,82
1978	233.942.454	171.268.700	73,21	55.700.562	41.298.989	74,14
1979	448.730.894	326.583.461	72,78	99.865.488	74.887.817	74,99

Fonte: Dados Estatísticos de Crédito Rural - Banco Central do Brasil.

QUADRO 8. - Comparação de Número e Valor de Contratos de Crédito Rural Agrícola Total entre Estado de São Paulo e Brasil, 1969-79

Ano	Brasil				São Paulo				Participação de São Paulo (%)	
	Número (1)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (4)	Número (5)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (8)		
		Corrente (2)	Real <sup>(1)</sup> (3)			Corrente (6)	Real <sup>(1)</sup> (7)			
1969	826.617	4.463.721	61.476.621	100,0	222.740	1.575.664	21.700.841	100,0	26,9	35,3
1970	868.734	6.640.050	76.237.042	124,0	245.137	2.301.291	26.422.033	121,8	28,2	34,7
1971	917.158	9.209.442	87.866.930	142,9	246.414	3.020.271	28.816.289	132,8	26,9	32,8
1972	921.564	13.436.112	109.288.288	177,8	241.782	4.098.391	33.335.993	153,6	26,2	30,5
1973	1.025.389	21.274.794	150.596.912	245,0	265.265	6.690.168	47.357.386	218,2	25,9	31,4
1974	1.066.007	34.805.401	191.452.303	311,4	251.945	9.894.749	54.427.544	250,8	23,6	28,4
1975	1.289.673	63.462.011	272.984.858	444,0	267.345	15.017.240	64.597.372	297,7	20,7	23,7
1976	1.320.164	92.953.210	283.101.646	460,5	250.904	20.484.628	62.388.721	287,5	19,0	22,0
1977	1.267.479	129.197.188	275.835.996	448,2	253.467	30.214.475	64.507.904	297,3	20,0	23,4
1978	1.331.745	171.268.700	263.632.786	428,8	258.323	41.298.989	63.571.263	292,9	19,4	24,1
1979	1.668.817	326.583.461	326.583.461	531,2	302.721	74.887.817	74.887.817	345,1	18,1	22,9

(<sup>1</sup>) Valor constante deflacionado para 1979 - Índice 2 - FGV.

Fonte: Dados Estatísticos de Crédito Rural - Banco Central do Brasil.

QUADRO 9. - Comparação de Número e Valor de Contratos de Crédito Rural de Custeio Agrícola entre Estado de São Paulo e Brasil, 1969-79

Ano	Brasil				São Paulo				Participação de São Paulo (%)	
	Número (1)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (4)	Número (5)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (8)	(5)/(1)	(7)/(3)
		Corrente (2)	Real <sup>(1)</sup> (3)			Corrente (6)	Real <sup>(1)</sup> (7)			
1969	598.468	2.610.057	35.947.024	100,0	146.335	918.955	12.656.313	100,0	24,5	35,2
1970	580.681	3.603.810	41.376.769	115,1	143.238	1.261.655	14.485.560	114,5	24,7	35,0
1971	619.738	4.866.914	46.435.038	129,2	148.227	1.615.182	15.410.389	121,8	23,9	33,2
1972	611.979	6.754.499	54.940.568	152,8	138.257	2.064.542	16.792.824	132,7	22,6	30,6
1973	692.467	11.183.763	79.165.992	220,2	160.530	3.625.436	25.663.208	202,8	23,2	32,4
1974	694.510	18.823.513	103.541.543	288,0	148.975	5.413.923	29.780.092	235,3	21,5	28,8
1975	855.722	30.609.949	131.670.151	366,3	168.978	7.467.875	32.123.419	253,8	19,7	24,4
1976	901.327	46.994.363	143.127.726	398,2	157.072	10.314.801	31.415.130	248,2	17,4	21,9
1977	866.043	68.212.898	145.634.537	405,1	153.029	14.943.936	31.905.303	252,1	17,7	21,9
1978	943.470	94.938.205	146.137.756	406,5	165.773	20.831.146	32.065.246	253,4	17,6	21,9
1979	1.186.804	195.756.060	195.756.060	544,6	189.054	39.688.166	39.688.166	313,6	15,9	20,3

(<sup>1</sup>) Valor constante deflacionado para 1979 - Índice 2 - FGV.

Fonte: Dados Estatísticos de Crédito Rural - Banco Central do Brasil.

QUADRO 10. - Comparativo de Número e Valor de Contratos de Crédito Rural Total à Pecuária entre Estado de São Paulo e Brasil, 1969-79

Ano	Brasil				São Paulo				Participação de São Paulo (%)	
	Número (1)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (4)	Número (5)	Valor (Cr\$1.000)		Índice real (8)	(5)/(1)	(7)/(3)
		Corrente (2)	Real <sup>(1)</sup> (3)			Corrente (6)	Real <sup>(1)</sup> (7)			
1969	318.592	2.025.375	27.894.488	100,0	90.173	567.586	7.817.081	100,0	28,3	28,0
1970	321.858	2.607.930	29.942.677	107,3	105.440	785.439	9.017.936	115,4	32,8	30,1
1971	339.683	3.660.269	34.922.485	125,2	102.812	1.004.076	9.579.850	122,6	30,6	27,4
1972	344.587	5.232.673	42.562.154	152,6	105.173	1.337.485	10.878.999	139,2	30,5	25,6
1973	374.295	9.059.125	64.126.414	229,9	118.498	2.215.673	15.683.983	200,6	31,7	24,5
1974	384.389	13.467.360	74.079.224	265,6	116.138	3.288.689	18.089.925	231,4	30,2	24,4
1975	566.498	26.535.106	114.142.020	409,2	151.588	6.202.406	26.679.944	341,3	26,8	23,4
1976	512.043	37.272.950	113.519.840	407,0	149.714	7.768.590	23.660.298	302,7	29,2	20,8
1977	454.584	36.661.483	78.272.266	280,6	135.847	8.120.542	17.337.357	221,8	29,9	22,2
1978	563.778	62.673.754	96.473.298	345,9	157.962	14.401.573	22.168.247	283,6	28,0	23,0
1979	704.668	122.147.433	122.147.433	437,9	175.912	24.977.671	24.977.671	319,5	25,0	20,4

(<sup>1</sup>) Valor constante defalcionado para 1979 - Índice 2 - FGV.

Fonte: Dados Estatísticos de Crédito Rural - Banco Central do Brasil.

QUADRO 11. - Comparação entre Total e Finalidades do Crédito Rural à Pecuária, São Paulo, 1969-79  
(em Cr\$1.000)

Ano	Total (1)	Custeio (2)	Investimento (3)	Comercialização (4)	Participação no total (%)		
					(2)/(1)	(3)/(1)	(4)/(1)
1969	567.586	148.644	225.859	193.083	26,2	39,8	34,0
1970	785.439	169.789	357.388	258.262	21,6	45,5	32,9
1971	1.004.076	228.549	405.448	370.079	22,8	40,3	36,9
1972	1.337.485	241.740	553.730	542.015	18,1	41,4	40,5
1973	2.215.673	425.166	1.020.338	770.169	19,2	46,0	34,8
1974	3.288.689	607.291	1.381.491	1.299.907	18,5	42,0	39,5
1975	6.202.406	1.955.233	2.248.412	1.962.761	31,5	36,9	31,6
1976	7.768.590	1.928.163	2.674.934	3.165.493	24,8	34,4	40,8
1977	8.120.542	2.335.766	2.061.318	3.723.458	28,8	25,4	45,8
1978	14.401.573	4.135.182	3.990.544	6.275.847	28,7	27,7	43,6
1979	24.977.671	6.731.370	7.182.673	11.063.628	26,9	28,8	44,3

Fonte: Dados Estatísticos de Crédito Rural - Banco Central do Brasil.